



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Segurança Social Básica-Alcançando os Mais Vulneráveis



©UNICEF-Moçambique/2011/Mayke Huijbreghs

A Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2010-2014

O Que é Segurança Social Básica?

A Segurança Social Básica é um dos subsistemas da protecção social em Moçambique. Consiste na implementação de iniciativas que visam atenuar o impacto das vulnerabilidades e riscos sobre os grupos populacionais mais pobres e vivendo em situação de pobreza. Estas iniciativas providenciam assistência às famílias sem capacidade de, por meios próprios, sair da situação de pobreza. Segundo o Regulamento de Segurança Social Básica este Subsistema divide-se em 4 componentes: Acção Social Directa, Acção Social Escolar, Acção Social da Saúde e Acção Social Produtiva.

Na vertente de Acção Social Directa foram aprovados os Programas Subsídio Social Básico, Apoio Social Directo e os Serviços Sociais da Acção Social. Por sua vez, o Programa Acção Social Produtiva tem uma componente de transferências sociais associada à participação em Trabalhos Públicos e uma componente que promove intervenções complementares através da promoção do acesso a serviços de poupança e actividades geradoras de rendimentos (microcrédito, formação, etc).

Porquê a Segurança Social Básica é importante para o desenvolvimento do País?

A Segurança Social Básica é um direito humano e uma ferramenta poderosa no combate à pobreza. É um investimento importante no desenvolvimento social e económico dum país, em particular através do seu impacto na redução da insegurança alimentar e do contributo para o investimento das famílias na educação, saúde e em activos produtivos. Desta forma, este investimento contribui para a capacidade produtiva actual e futura dos Agregados Familiares e do País.

Os dados do IOF 2008/2009 mostram que ainda persistem desafios de redução dos níveis de pobreza de consumo (com uma estagnação de 54.1% para 54.7% entre 2002 e 2008) e ainda devem ser superados os desafios de redução das desigualdades entre os mais pobres e os mais ricos. Os resultados de IOF mostram que os benefícios impressionantes do crescimento económico recentes em Moçambique, em termos de indicadores macroeconómicos, precisam garantir um crescimento económico mais inclusivo, garantindo um impacto positivo na capacidade produtiva do país que pode ser obtido pelo aproveitamento de todo o potencial produtivo dos cidadãos, em especial dos grupos mais vulneráveis. A redução dos níveis de desigualdade também pode contribuir para a estabilidade e paz social, elementos essenciais para atrair o investimento privado e o alcance de um crescimento económico sustentável.

Os Programas Segurança Social Básica podem contribuir para a mudança do cenário de pobreza e desigualdade, apoiando os Agregados Familiares mais pobres com meios para investir na educação, saúde e activos produtivos. Estes são essenciais para aumentar a produtividade dos seus membros, promovendo a sua participação e o aumento da contribuição para a vida económica do país.

Porquê Moçambique precisava de uma Segurança Social Básica?

O actual Plano de Acção para Redução de Pobreza 2010-2014 (PARP) reconhece que a Segurança Social Básica desempenha um papel fundamental para a redução dos índices de pobreza. Os Programas de Segurança Social Básica, implementadas pelo Governo até ao momento, forneceram um importante meio de assistência às famílias mais vulneráveis. No entanto, os benefícios concedidos nestes programas necessitam de ser incrementados de modo a produzir um maior impacto na melhoria do consumo alimentar e permitir um investimento no desenvolvimento do capital humano e das famílias.

Estes programas enfrentam assim o desafio de aumentar o impacto dos benefícios concedidos e da sua abrangência aos potenciais beneficiários que maioritariamente são famílias vivendo abaixo da linha de pobreza.



© UNICEF-Moçambique/2008

Para melhorar o impacto dos novos Programas de Segurança Social Básica, a Estratégia Nacional tem como objectivos:

1. Aumentar a cobertura e o impacto das intervenções da protecção social básica às pessoas mais pobres e vulneráveis.
2. Aumentar a eficiência do sistema de protecção social básica.
3. Assegurar a harmonização e coordenação dos diferentes programas e serviços de protecção social básica.

A Estratégia também reconhece que uma abordagem harmonizada e multi-sectorial é necessária para fortalecer a cooperação inter-ministerial e responder às várias

dimensões de vulnerabilidade das famílias pobres. Isto ajudará a evitar lacunas e duplicações nas intervenções e se espera um efeito multiplicador para as famílias.

Quais são as experiências internacionais do impacto dos Programas de Segurança Social Básica?

Um número significativo de países adoptou Programas de Segurança Social Básica como uma ferramenta estratégica na redução de pobreza e as experiências, de grande parte dos países do Hemisfério Sul são, em geral, muito positivas, sendo de destacar:

Etiópia. Dados demonstram que o Programa Rede de Segurança Social Produtiva tem um impacto importante como investimento no capital humano: 75% dos participantes consumiram maior quantidade e qualidade de alimentos em relação ao ano anterior e 60% tinham evitado vender seus activos produtivos para comprar comida.¹

África do Sul. O Programa de Prestação de Apoio à Criança tem reduzido a profundidade de pobreza com 47% e o sistema completo de transferências sociais é estimado ter reduzido o coeficiente de Gini do país com 3%. Evidências antropométricas das crianças indicam ganhos significantes em termos de altura-por-idade, que, por sua vez, tem implicações importantes para a saúde, aproveitamento do ensino e produtividade como adulta.

Brasil. A avaliação do Programa Bolsa-Família é amplamente favorável, pois ele retira da extrema pobreza 4,3 milhões das 12,5 milhões famílias atendidas e foi considerado responsável por 21% da redução de desigualdade registada no Brasil (mensurada para o período 2004-2006).ⁱⁱ

Outros Países da região têm seguido os mesmos passos, como é o caso do Lesoto, Namíbia, Cabo Verde, Botswana, o Ruanda, o Quênia, com soluções diversificadas adaptadas aos seus próprios contextos

Os custos destes programas são financeiramente acessíveis e sustentáveis no contexto económico de Moçambique?

As experiências internacionais demonstram que, como orientação geral, um espaço fiscal de 2% de Produto Interno Bruto (PIB) alocada aos programas de segurança social básica é acessível e sustentável.

Em Moçambique instituições como o FMI têm defendido que no actual contexto macroeconómico existe espaço fiscal para aumentar a alocação orçamental para este tipo de Programas. As perspectivas positivas de aumento dos recursos fiscais decorrentes do crescimento esperado da actividade económica (em particular com o arranque de actividades na área da indústria extractiva), podem criar um cenário positivo em termos de sustentabilidade financeira destas medidas.

Os Programas que foram aprovados pelo Conselho de Ministro custariam aproximadamente 0,58% do PIB em 2012 e 0,69% em 2013.

Outra das preocupações que é levantada acerca de transferências sociais é a criação de dependência. No entanto, nos países onde se têm implementado este tipo de programa não se tem observado qualquer impacto negativo na oferta de mão-de-obra. Pelo contrário, o facto de um Agregado Familiar receber uma transferência social, tem um impacto positivo na participação dos outros membros do Agregado Familiar no mercado de trabalho, como é o caso da pensão social na África do Sul e no Brasil; quando comparadas famílias na mesma situação de pobreza, verifica-se uma ligeira maior participação no mercado de trabalho por parte daqueles que beneficiam de intervenções de protecção social básica.



© UNICEF-Moçambique/2004

Quais os próximos passos?

Depois de aprovadas as linhas gerais dos novos programas é essencial que o Instituto Nacional da Acção Social inicie o trabalho de revisão dos procedimentos e dos manuais de operacionalização dos Programas, para que em 2012 se dê início à implementação dos novos Programas.

Para que os Programas possam atingir as metas estabelecidas é importante garantir a alocação de fundos adequados para a sua execução, em especial provenientes do Orçamento do Estado, assim como o fortalecimento do Sistema de Segurança Social Básica, em particular os Recursos Humanos envolvidos na implementação destes programas, em especial do Ministério da Mulher e da Acção Social e do Instituto Nacional da Acção Social.

Por outro lado, a expansão dos programas tem de ser baseada numa análise sólida da pobreza e um mapeamento da vulnerabilidade do país a fim de atingir as famílias mais pobres e marginalizadas em primeiro lugar.

A adopção de tecnologias modernas na implementação das transferências, na selecção e identificação dos beneficiários, bem como o desenvolvimento de processos de monitoria e avaliação irá facilitar a implementação dos programas de uma forma mais eficaz, eficiente e transparente.

ⁱ DFID (2011), Cash Transfers Evidence Paper, Policy Division 2011

ⁱⁱ ILO, WHO (2010) Social Protection Floor Country Brief

Para mais Informações

Ministério da Mulher e da Acção Social

Direcção Nacional da Acção Social
Avenida Ahmed Sekou Touré, Nº 908
Maputo, Moçambique
Tel. + 258 21 350300
Fax. +258 21 – 350324/21 350326/21 - 350327
www.mmas.gov.mz

Instituto Nacional da Acção Social (INAS)

Departamento da Assistência Social
Av. 25 de Setembro, Nº 942
Maputo, Moçambique
Telefone +258 21 312045/6
Fax +258 21 326138
www.inas.gov.mz

